

CONCURSO PÚBLICO

## 006. PROVA OBJETIVA

### ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ÁREA DE CONHECIMENTO/ÊNFASE: **PARCERIAS**

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e dissertativa é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a tira a seguir:



(André Dahmer. *Malvados* # 846. Disponível em: [www.malvados.com.br](http://www.malvados.com.br))

A vírgula no 1º quadro foi empregada pelo mesmo motivo que em:

- (A) Sem estar preparado para o pior, não se pode desejar o calor impossível.
  - (B) Há quem prefira buscar para si mesmo as coisas celestiais; outros, as infernais.
  - (C) A ausência de uma figura materna gera uma busca, pois fica um espaço vazio.
  - (D) Em situações de desespero, as pessoas podem tomar medidas extremas.
  - (E) O diabo é conhecido como aquele que garante a dor, o sofrimento e a tentação.
02. Está em conformidade com a norma-padrão de emprego do acento indicativo de crase e de regência verbal e nominal a frase:
- (A) Segundo o diabo, viver feliz é algo em que todos anseiam, mesmo quando se aspirou à algo oposto.
  - (B) Com um projétil na pistola, a personagem reitera de sua capacidade em descer às profundezas terrestres.
  - (C) Os que teimam sonhar conferem para a dor uma selvageria indômita e não veem justificativa à amar.
  - (D) Estar no inferno foi algo que não agradou à personagem que necessitava de um calor impossível.
  - (E) A personagem acha que o risco envolvido no ato de amar é algo à que se pode prescindir.

Leia o texto a seguir para responder às questões de **03 a 06**:

O desenvolvimento da Inteligência Artificial Generativa (IAG) depende do treinamento de vastos conjuntos de informações para que o modelo aprenda sobre linguagem, padrões e conhecimento geral. Esses dados podem incluir textos, imagens ou vídeos, os quais frequentemente são protegidos por direitos autorais.

Se, por um lado, a criatividade e o conteúdo humano precisam ser preservados e recompensados, por outro, regras rígidas de direitos autorais para o treinamento da IAG podem trazer efeitos colaterais preocupantes, tais como: custos proibitivos para empresas de pequeno porte, aumentando a vantagem competitiva das grandes empresas; fuga de centros de IA para países mais permissivos; menor precisão diante da menor quantidade de dados; e repressão da pesquisa aberta e concentração de inovação em ambientes fechados.

O conteúdo, enquanto obra passível de proteção, é utilizado somente como insumo técnico para ensinar o modelo sobre as relações estatísticas entre os seus elementos. Embora esses vetores não reproduzam diretamente a obra original e os modelos não armazenem os dados como um banco de referência consultável, eles podem carregar sua estrutura em forma matemática, o que poderia levar à conclusão de que, a partir disso, seria possível reconstruir o conteúdo protegido.

Diferentemente de um livro digital ou de uma música arquivada, esses sistemas não guardam cada obra de forma individual, mas extraem padrões estatísticos gerais a partir do conjunto de uma grande massa toda. A memorização de trechos específicos pode ocorrer, mas em pequena escala. Em geral, o modelo generaliza e o impacto de cada obra isolada se dilui dentro da massa de dados, não havendo como rastrear a contribuição unitária. Isso torna inadequado tratar o treinamento desses modelos como se fosse equivalente ao uso individualizado de uma obra musical, jornalística ou literária.

No Brasil, há fundamentos jurídicos que permitem a aplicação do “uso justo”, conforme entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a Lei de Direitos Autorais, quando: se tratar de situação especial; não prejudicar a exploração normal da obra; e não causar dano injustificado aos interesses do autor.

Em geral, no caso do “treinamento justo”, os argumentos são: os dados são utilizados apenas como insumos técnicos, para ensinar padrões estatísticos, e não para copiar as obras originais; o aprendizado de máquina é comparável ao processo humano de indução e generalização; e a responsabilização deve ser aplicada em relação aos resultados produzidos que violem direitos autorais.

Ou seja, o tema é desafiador e de alta complexidade, sob a perspectiva técnica e jurídica. A tensão entre garantir a remuneração e o reconhecimento dos criadores, por um lado, e não inviabilizar a inovação tecnológica, por outro, exige abordagem regulatória cuidadosa, proporcional e tecnologicamente embasada.

(Rony Vainzof. *Treinamento da IA, direitos autorais e regulação*.  
www.estadao.com.br, 21.10.2025. Adaptado)

**03.** Com base nas informações presentes no texto sobre o treinamento e o uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG), defende-se que

- (A) a IAG pode beneficiar uma obra autoral, na medida em que, ao reproduzir seu conteúdo, explora-o, fazendo sua divulgação indireta.
- (B) a probabilidade de uma IAG reproduzir conteúdo idêntico ao usado para seu treinamento é tão remota que não se justifica criar uma legislação a respeito.
- (C) o treinamento da IAG deve se dar de maneira regulada, o que gera equilíbrio entre empresas de diferentes portes.
- (D) o uso de obras autorais para o treinamento da IAG deve garantir tanto a proteção autoral quanto o incentivo ao progresso digital.
- (E) a opção por um modelo estatístico de treinamento da IAG garante a possibilidade de ligar o produto gerado por eles ao autor original.

**04.** Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado pode ser substituído, mantendo-se o sentido do trecho, pelo que está entre colchetes, empregado em sentido figurado.

- (A) ... esses sistemas não guardam cada **obra** [trabalho] de forma individual, mas extraem padrões estatísticos gerais... (4º parágrafo)
- (B) ... regras **rígidas** [intrépidas] de direitos autorais para o treinamento da IAG podem trazer efeitos colaterais preocupantes... (2º parágrafo)
- (C) No Brasil, há fundamentos jurídicos que permitem a **aplicação** [dedicação] do “uso justo”, conforme entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ)... (5º parágrafo)
- (D) Esses dados podem **incluir** [abarcar] textos, imagens ou vídeos, os quais frequentemente são protegidos por direitos autorais. (1º parágrafo)
- (E) ... e **repressão** [sufocação] da pesquisa aberta e concentração de inovação em ambientes fechados. (2º parágrafo)

05. Está em conformidade com o que se afirma no texto e com a norma-padrão de concordância verbal e nominal a frase:
- (A) Busca-se no Brasil meios para se chegar a uma legislação que contemple, além do “uso justo”, o “treinamento justo” dos sistemas de IA.
  - (B) Não está descartado a possibilidade de que uma IA guarde excertos particulares de uma obra, mas isso ocorre numa proporção ínfima.
  - (C) A vastidão dos conjuntos de informações que alimentam a IA é o que garante o funcionamento desses sistemas conforme o que se espera deles.
  - (D) Uma legislação mais rigorosa aplicada sobre empresas desenvolvedoras de IA as forçariam a mudar para um país onde as condições fossem mais favoráveis.
  - (E) Um autor cujas obras foram utilizadas para treinar sistemas de IA não deverão receber compensações, a menos que consigam provar o uso.

06. Considere o 3º parágrafo do texto:

O conteúdo, **enquanto** obra passível de proteção, é utilizado somente como insumo técnico para ensinar o modelo sobre as relações estatísticas entre os seus elementos. **Embora** esses vetores não reproduzam diretamente a obra original e os modelos não armazenem os dados como um banco de referência consultável, eles podem carregar sua estrutura em forma matemática, o que poderia levar à conclusão de que, a partir disso, seria possível reconstruir o conteúdo protegido.

Os vocábulos destacados podem ser substituídos, respectivamente, mantendo-se o sentido e a norma-padrão do trecho, por:

- (A) no momento de uma ... Mesmo que
  - (B) na qualidade de ... Ainda que
  - (C) conforme ... Enquanto
  - (D) entendido como ... Entretanto
  - (E) à medida que ... Posto que
07. Está em conformidade com a norma-padrão de emprego e colocação pronominal a frase:
- (A) O conteúdo está sujeito à proteção de direitos autorais e é utilizado pelo desenvolvedor do modelo para alimentá-lo.
  - (B) A capacidade dos modelos de IA de gerar conteúdos novos é objeto de questionamento de quem cria-os de maneira autoral.
  - (C) Os modelos, por fim, não reproduzem integralmente conteúdos protegidos por direito autoral, mas lhes imitam.
  - (D) Obras originais têm sido usadas para alimentar modelos de IA, mas estes não têm citado-as devidamente.
  - (E) Os dados das obras são acessíveis pelos modelos e estes armazenam-os com uma estrutura matemática.

08. Curiosamente, a cotação anual de um ativo sofreu reajustes positivos e sucessivos de, respectivamente, 3%, 40%, 3%, 40%, 3%, 40% e 3%.

Valores que podem auxiliar a resolução	
$0,03^4 = 0,00000081$	$0,04^3 = 0,000064$
$0,3^4 = 0,0081$	$0,4^3 = 0,064$
$1,03^4 = 1,12550881$	$1,04^3 = 1,124864$
$1,3^4 = 2,8561$	$1,4^3 = 2,744$

Após esses sete reajustes na cotação, é correto afirmar que o reajuste total que essa cotação sofreu foi um valor mais próximo de

- (A) 132%
  - (B) 300%
  - (C) 401%
  - (D) 600%
  - (E) 209%
09. Uma senha de acesso a um computador é composta de 7 caracteres distintos, que são, nesta ordem: 3 letras dentre as letras A, B, C, D e E e 4 algarismos dentre os algarismos 1, 2, 3, 4 e 5. A primeira letra utilizada na senha deve ser seguida de outras duas letras que sejam, em relação à ordem alfabética, posteriores à primeira letra, e essas outras duas letras devem estar em ordem alfabética. O primeiro algarismo utilizado na senha deve ser seguido de outros três algarismos que sejam menores do que esse primeiro algarismo.

Considerando todas as possibilidades de criação dessas senhas, a probabilidade de uma delas ser sorteada e ser uma senha que inicie com a letra B e termine com o algarismo 2 é

- (A) 5%
- (B) 7%
- (C) 4%
- (D) 8%
- (E) 6%

10. Para realçar um discurso de sucesso, o diretor de uma empresa quer expor os resultados positivos dos últimos 6 meses por meio de uma análise das medidas de tendência central que são: média, mediana e moda. Os resultados a serem considerados são os totais de vendas de cada mês, que são, respectivamente e em milhões de reais: 23, 16, 17, 20, 8 e 16.

O diretor calculou essas três medidas que, em ordem crescente de valor, são:

- (A) mediana, média, moda.
- (B) média, moda, mediana.
- (C) moda, mediana, média.
- (D) moda, média, mediana.
- (E) média, mediana, moda.

11. Um artesão tinha à sua disposição um bloco compacto de madeira, com formato cúbico, cujo volume era de  $4.096 \text{ cm}^3$ . Ele dividiu esse cubo, sem perda de material, em oito cubos iguais. Quatro desses cubos o artesão desbastou até que ficassem, cada um, com o formato de um cilindro, cuja base circular tinha diâmetro de medida igual à aresta do cubo e cuja altura era a mesma altura do cubo; outros três desses cubos ele desbastou até que ficassem cada um com o formato de uma pirâmide cuja base era uma das faces do cubo e cuja altura era igual à altura do cubo; um desses oito cubos o artesão não alterou.

Ao realizar esse trabalho de criação dessas oito peças, o volume de madeira que o artesão desbastou correspondia, em relação ao bloco de madeira inicial, a

**Adote:**  $\pi = 3$

- (A) 32,5%  
(B) 40%  
(C) 45%  
(D) 25%  
(E) 37,5%
12. Adriana, Bruna e Carla são amigas e suas idades são 35, 42 e 48 anos, não necessariamente nessa ordem. Elas têm profissões diferentes, sendo uma delas médica, outra advogada e outra professora. Também é conhecido o fato de que Adriana não tem 48 anos e é prima da médica. Já a professora mora bem perto da Adriana, e Carla já passava dos 10 anos de idade quando a futura professora nasceu.
- Com essas informações, é correto afirmar que a diferença entre a soma das idades da médica e da advogada e a soma das idades de Adriana e de Bruna é igual a
- (A) 13.  
(B) 6.  
(C) 9.  
(D) 15.  
(E) 7.
13. A sequência a seguir foi criada com um padrão lógico-matemático:
- 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21, 4, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 5, ...
- Considerando esse padrão, é possível determinar os elementos em qualquer posição da sequência. Sejam F o 125º e G o 165º elementos dessa sequência, a razão F/G em seu formato irredutível é
- (A) 9/8  
(B) 8/7  
(C) 2/3  
(D) 3/4  
(E) 10/9

**14.** Assinale a alternativa correta a respeito das autarquias especiais.

- (A) São subordinadas diretamente a um ministério, secretaria ou ao chefe do respectivo Poder Executivo.
- (B) A indicação dos seus dirigentes é feita diretamente pelo Presidente da República com aprovação do Senado no caso das agências federais.
- (C) São dotadas de autonomia e estão sujeitas à fiscalização e ao controle externo apenas por parte do Poder Judiciário.
- (D) Seus dirigentes não possuem mandato fixo, podendo ser exonerados a qualquer tempo pelo chefe do Poder Executivo.
- (E) Possuem personalidade jurídica de direito privado e desempenham atividades de natureza privada delegadas pelo Estado.

**15.** Na hipótese de concessão de um serviço público em que a concessionária, na execução do serviço concedido, venha a causar um prejuízo ao usuário, é correto afirmar que

- (A) a concessionária e o poder concedente deverão responder de forma solidária pelos danos causados ao usuário, para que este tenha maior possibilidade de ressarcimento.
- (B) o responsável pelo ressarcimento dos danos será o poder concedente, em razão da aplicação da teoria da responsabilidade objetiva do Estado.
- (C) a concessionária deverá responder pelos danos ao usuário, cabendo a este o ônus probatório de comprovar que houve culpa ou dolo da concessionária.
- (D) a concessionária deverá responder pelos danos, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.
- (E) quem deverá responder pelos danos causados ao usuário é a concessionária, solidariamente, com o funcionário que foi o culpado pela causação dos danos.

**16.** Assinale a alternativa que está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações) no tocante às suas sanções administrativas.

- (A) Aplicadas sanções administrativas previstas na LGPD, fica vedada a aplicação de sanções administrativas, civis ou penais definidas em outras legislações.
- (B) O produto da arrecadação das multas aplicadas em decorrência de infrações cometidas, nos termos da LGPD, inscritas ou não em dívida ativa, será destinado ao fundo de despesas ordinárias do Poder Judiciário.
- (C) A LGPD prevê, como sanção, a suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período.
- (D) Uma das sanções aplicáveis aos agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na LGPD, é a prisão administrativa por até 30 (trinta) dias.
- (E) É vedada a aplicação de multa, como sanção administrativa, a ser imposta sobre o faturamento de pessoa jurídica de direito privado.

**17.** Considerando a repartição constitucional de competências dos entes federados, no tocante à competência para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, a Constituição Federal estabelece, nessas matérias, que

- (A) compete à União legislar privativamente.
- (B) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- (D) é competência legislativa concorrente entre Estados, DF e Municípios.
- (E) compete, privativamente, aos Estados e ao Distrito Federal.

18. Suponha que Adélio, detentor de cargo público no Estado de São Paulo, pretenda atuar como procurador de interesses privados nos órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta estadual. Nessa situação hipotética, considerando os termos do Decreto Estadual nº 69.474/ 2025, é correto afirmar que
- (A) a eventual atuação de Adélio configura conflito de interesses real, que pode gerar procedimento administrativo disciplinar ou ação de improbidade.
  - (B) Adélio poderá atuar na forma pretendida, se estiver devidamente autorizado pela autoridade competente.
  - (C) a atuação pretendida de Adélio configura conflito de interesses potencial, o qual, isoladamente, não enseja a imposição de sanção.
  - (D) a atuação pretendida de Adélio configura conflito de interesses potencial, o qual é passível de imposição de sanção por improbidade administrativa.
  - (E) essa situação não configura conflito de interesses, podendo Adélio atuar como procurador, independentemente de autorização.
19. Segundo o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, na hipótese de decisões ou opiniões técnicas prolatadas por um agente público, este
- (A) não responderá pessoalmente, salvo se agiu com a intenção de prejudicar a imagem da Administração.
  - (B) responderá pessoalmente apenas se estiver exercendo cargo de direção, chefia ou assessoramento.
  - (C) não responderá pessoalmente, salvo se a opinião ou decisão não for acatada pelo seu superior imediato.
  - (D) não responderá pessoalmente por elas, uma vez que deve ter independência em suas funções.
  - (E) responderá pessoalmente em caso de dolo ou erro grosseiro.
20. Com base na legislação aplicável e nas boas práticas regulatórias, assinale a alternativa correta quanto aos objetivos e princípios que regem a atuação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP).
- (A) O regime especial da ARSESP visa garantir subordinação técnica ao Poder Executivo, preservando a uniformidade das decisões administrativas estaduais.
  - (B) A modicidade tarifária, a transparência decisória e a proteção dos direitos dos usuários integram os objetivos da ARSESP, orientando tanto a regulação quanto a fiscalização dos serviços públicos.
  - (C) A atuação da ARSESP deve pautar-se pela intervenção direta nas políticas de investimento das concessionárias, assegurando controle público sobre sua execução.
  - (D) A Lei Complementar nº 1.025/2007 limita a competência da ARSESP aos serviços de energia elétrica e gás canalizado, vedando-lhe atuar em matéria de saneamento básico.
  - (E) Conforme o art. 9º da Lei Complementar nº 1.025/2007, compete à ARSESP fixar as tarifas de energia elétrica no Estado de São Paulo, independentemente das diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
21. As falhas de mercado justificam a intervenção do Estado por meio da regulação econômica. Considerando as principais formas de falhas de mercado e os instrumentos regulatórios correspondentes, assinale a alternativa correta.
- (A) Bens públicos são divisíveis e excludentes, razão pela qual sua provisão é mais eficiente pelo setor privado sob regime de concorrência.
  - (B) A assimetria de informação decorre de falhas contratuais entre agentes privados e, por isso, não constitui hipótese de intervenção regulatória.
  - (C) As externalidades positivas exigem a criação de tributos ou tarifas que desestimulem a atividade.
  - (D) A existência de retornos crescentes de escala em monopólios naturais não elimina a necessidade de regulação, justificando a atuação estatal para garantir eficiência produtiva e modicidade tarifária.
  - (E) A seleção adversa ocorre após a celebração do contrato, quando uma das partes altera seu comportamento em razão da impossibilidade de monitoramento.

- 22.** As boas práticas de governança regulatória buscam aprimorar a qualidade das normas editadas pelas agências reguladoras. Nesse contexto, a Análise de Impacto Regulatório (AIR) caracteriza-se por
- (A) ser um estudo prévio que identifica o problema regulatório, avalia alternativas e subsidia a tomada de decisão antes da edição do ato normativo.
  - (B) consistir em consulta pública destinada a colher contribuições da sociedade sobre proposta normativa já elaborada.
  - (C) representar o planejamento anual das ações prioritárias de regulação da agência.
  - (D) ser mecanismo de controle posterior exercido por órgãos de auditoria e fiscalização.
  - (E) ser um instrumento utilizado após a edição da norma, destinado a avaliar seus efeitos e resultados.
- 23.** Durante a tramitação de um processo de revisão tarifária, a área técnica concluiu relatório propondo rever parâmetros de cálculo. Antes da reunião do Conselho Diretor, o diretor responsável aprova o relatório e o envia à concessionária para aplicação imediata, alegando urgência e suficiência técnica. O procedimento não foi, portanto, submetido à deliberação colegiada.
- Com base no Regimento Interno da ARSESP (Deliberação nº 1.649/2025) e nos princípios de governança regulatória, assinale a alternativa correta.
- (A) A conduta é regular por se tratar de ato meramente executivo de parâmetro técnico, que não se submete à deliberação colegiada quando não altera norma geral.
  - (B) A conduta é irregular porque o diretor deixou de solicitar parecer jurídico prévio, requisito indispensável para a validade de todo ato regulatório.
  - (C) A conduta é irregular, pois matérias de natureza regulatória exigem deliberação colegiada do Conselho Diretor e publicação oficial para produzir efeitos.
  - (D) A conduta é regular, pois a urgência e a instrução técnica permitem dispensa de colegialidade, desde que o diretor comunique o conselho em até 48 horas.
  - (E) A conduta é regular porque o diretor, como autoridade máxima da área técnica, possui competência decisória final sobre processos tarifários.
- 24.** Sobre o modelo de estrutura-conduta-desempenho (E-C-D), é correto afirmar que
- (A) a conduta das firmas é considerada independente da estrutura de mercado, de modo que decisões de preço e investimento são tomadas sem influência do grau de concentração ou barreiras à entrada.
  - (B) um de seus pressupostos é a causalidade que parte da estrutura de mercado, como o grau de concentração, para influenciar a conduta das empresas e, por consequência, o desempenho econômico.
  - (C) a formulação original do modelo reconhece uma relação bidirecional entre estrutura, conduta e desempenho, ainda que a ênfase inicial recaia sobre a influência da demanda sobre o desempenho.
  - (D) o modelo foi formulado para descrever mercados competitivos, não sendo aplicável a oligopólios ou monopólios naturais.
  - (E) ele parte da premissa de que o desempenho das firmas determina, em última instância, a estrutura de mercado, razão pela qual mercados com lucros elevados atraem novos concorrentes e reduzem a concentração.
- 25.** À luz da Lei Complementar nº 1.413/2024 e das boas práticas regulatórias, assinale a alternativa correta.
- (A) A SP ÁGUAS possui natureza de empresa pública de direito privado sujeita ao regime empresarial.
  - (B) O poder sancionador das agências depende de lei federal setorial específica.
  - (C) O governador pode avocar e reformar, por mérito técnico, deliberações colegiadas das agências, em razão do poder de tutela administrativa sobre entidades da administração indireta.
  - (D) As agências reguladoras deverão promover audiências e consultas públicas, após a tomada de decisão do Conselho Diretor, quanto à fixação de tarifas e estruturas tarifárias dos serviços regulados.
  - (E) As agências estaduais são autarquias de regime especial, caracterizadas pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade dos seus mandatos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### NOÇÕES E LEGISLAÇÃO BÁSICA

26. O Estado da federação X pretende realizar uma parceria público-privada cujo objeto é a modernização, duplicação e melhorias de uma rodovia estadual. Durante a fase de estudos técnicos e modelagem, concluiu-se que somente haveria sustentabilidade financeira da parceria se o Estado fosse o responsável direto pelo pagamento do valor equivalente a 80% da remuneração do futuro contratado, bem como o contrato tivesse duração de 35 (trinta e cinco) anos. O valor do contrato previsto é de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões).

Tendo em vista o caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que a proposta de parceria público-privada

- (A) não poderá ser contratada pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, superior ao máximo permitido em lei.
- (B) o município deverá elaborar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no ano da contratação e nos 5 (cinco) exercícios seguintes.
- (C) a contratação dependerá de prévia licitação, na modalidade concorrência, vedada qualquer outra modalidade licitatória.
- (D) dependerá de autorização legislativa específica.
- (E) é inviável, tendo em vista a vedação da contrapartida estatal superior a 60% da remuneração do contratado.

27. Em um procedimento de chamamento público, destinado à modelagem de uma futura parceria público-privada, foi concedida autorização exclusiva para a pessoa jurídica X. Após o encerramento do chamamento, foi publicado o edital de parceria público-privada que se utilizou dos estudos realizados pela pessoa jurídica X, bem como da contribuição de outros interessados.

Tendo em vista a disciplina constante do Decreto Estadual nº 67.759, de 20 de junho de 2023, pode-se corretamente afirmar que

- (A) a pessoa jurídica X, em igualdade de condições com outros licitantes, tem a preferência na licitação, por ter elaborado os estudos da modelagem da parceria.
- (B) A Administração pública é subsidiariamente responsável perante terceiros por atos praticados pelo autorizado.
- (C) A pessoa jurídica X deverá apresentar declaração de compromisso de não participação, direta ou indireta, inclusive em consórcios ou em atividades de consultoria, de eventual licitação resultante dos respectivos estudos.
- (D) não poderiam ter sido colhidas contribuições de outros interessados no mesmo chamamento, tendo em vista a exclusividade conferida à pessoa jurídica X.
- (E) Se não houver a contratação, mesmo com terceiros, da parceria, a pessoa jurídica X deverá ser indenizada pelos custos comprovados na elaboração dos estudos.

28. O Estado da federação X decidiu proceder à encampação de um serviço público que era administrado por concessionário em razão de regular contrato de concessão patrocinada. O contrato foi firmado pelo prazo de 30 (trinta) anos. A encampação ocorreu no 13º (décimo terceiro) ano do contrato. Todos os bens reversíveis existentes foram adquiridos por meio de aporte de recursos realizados pelo parceiro público em favor do parceiro privado.

Acerca do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que

- (A) em relação aos bens reversíveis, nada deverá ser pago ao parceiro privado.
- (B) tendo em vista que a encampação decorre de culpa do parceiro privado, será devida apenas a metade do valor da indenização prevista para o caso de extinção antecipada em razão dos lucros cessantes.
- (C) deverá ocorrer o pagamento de indenização ao parceiro privado do valor equivalente aos bens reversíveis.
- (D) tendo em vista que a extinção decorreu de encampação, todos os bens reversíveis devem ser indenizados, bem como o equivalente a metade do valor dos lucros cessantes.
- (E) deverá ocorrer o pagamento de indenização ao parceiro privado relativo aos bens reversíveis, calculados proporcionalmente ao tempo de execução do contrato e das parcelas nele previstas.

29. A pessoa jurídica X, atuante no setor varejista de produtos de informática, em razão de dificuldades financeiras, deixou de pagar os valores devidos decorrentes dos serviços de energia elétrica e de água. Os inadimplementos superaram 90 (noventa) dias. O concessionário de serviços de água realizou a interrupção do fornecimento do serviço na manhã de uma sexta-feira. Por sua vez, o concessionário do serviço de energia elétrica interrompeu o serviço no domingo à noite. Considerando o caso hipotético, bem como as disposições da Lei nº 8.987/1995, pode-se corretamente afirmar que a interrupção dos serviços foi

- (A) correta, tendo em vista que o inadimplemento autoriza a interrupção dos serviços, considerando o interesse da coletividade.
- (B) realizada de forma incorreta, pois não poderia ter sido realizada nem na sexta-feira nem no domingo.
- (C) indevida, pois trata-se de serviços essenciais, que não podem ser interrompidos, podendo, entretanto, os concessionários credores exigirem os valores devidos na forma da lei.
- (D) correta em relação ao serviço de energia elétrica, mas indevida em relação ao serviço de água, que é essencial e não pode ser interrompido.
- (E) indevido em relação ao serviço de energia elétrica, pois os serviços públicos somente podem ser interrompidos nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

**30.** O Estado da federação X, em razão do concessionário de serviços de saneamento básico Y estar prestando o serviço público de forma inadequada e deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço, decidiu decretar a caducidade da concessão.

Tendo em vista a disciplina constante da Lei nº 8.987/1995, pode-se corretamente afirmar que

- (A) instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, mediante indenização prévia, calculada no decurso do processo.
- (B) deve o concessionário ser indenizado do valor das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, vedado qualquer desconto.
- (C) a caducidade depende de prévia autorização legislativa, bem como de decreto do Governador, após regular processo administrativo onde tenha sido observado o contraditório e ampla defesa.
- (D) declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.
- (E) poderá o poder concedente, mediante decisão discricionária da autoridade competente, não instaurar o processo administrativo, optando por comunicar à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais a ela imputados, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

**31.** Foi criada uma unidade de conservação com o objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais, sendo, ainda, proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

Tendo em vista a disciplina da Lei nº 9.985/2001, pode-se corretamente afirmar que a unidade de conservação descrita é

- (A) um parque nacional.
- (B) um monumento natural.
- (C) uma reserva biológica.
- (D) um refúgio da vida silvestre.
- (E) uma reserva de fauna.

**32.** O Estado pretende fazer a concessão da exploração comercial de recursos madeireiros de área inserida em unidade de conservação, constante do anexo da Lei Estadual nº 16.260, de 29 de junho de 2016, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Pode-se afirmar que, nesse caso, exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida

- (A) mediante caução idônea que possa garantir eventual indenização em razão de danos ambientais no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
- (B) após decisão favorável do órgão executor, desde que aprovada pela maioria absoluta dos membros do Conselho da unidade de conservação.
- (C) nas áreas previstas no Plano de Manejo para esse fim, salvo expressa aprovação posterior pelo Conselho da Unidade de conservação para outras áreas não inseridas no Plano.
- (D) quando os projetos científicos previstos para as áreas tenham atingido seus objetivos, ou decorrido o prazo máximo previsto em regulamento para o atingimento destes.
- (E) com a garantia de preservação de um banco genético, conforme previsto no respectivo Plano de Manejo.

**33.** Em razão de um erro operacional em um grande provedor de nuvem responsável por hospedar e processar dados de sites, aplicativos e sistemas de empresas, houve a interrupção temporária no acesso da ARSESP aos sistemas eletrônicos da concessionária de energia elétrica X. Tendo em vista a disciplina constante da Deliberação ARSESP nº 1.690, de 4 de junho de 2025, pode-se corretamente afirmar que o concessionário deverá

- (A) requerer o auxílio técnico da ARSESP para a correção do acesso, em 12 horas do início da ocorrência.
- (B) Adotar, no prazo máximo de 24 h (vinte e quatro horas), as medidas necessárias para o restabelecimento do acesso no menor prazo tecnicamente possível.
- (C) notificar a ARSESP no prazo de até 12h (doze horas), contado do início da ocorrência.
- (D) notificar a ARSESP do ocorrido, para que esta adote as providências junto ao provedor de nuvem.
- (E) enviar diariamente à ARSESP relatórios em papel contendo todas as informações que se tornaram indisponíveis.

34. A concessionária X apresentou a minuta de programa de integridade (*compliance*) à ARSESP. No plano, informou que não possui corpo profissional adequado para criar, internamente, um setor responsável pela aplicação, gerenciamento e fiscalização das atividades nele previstas. Tendo em vista as normas constantes da Deliberação ARSESP no 1.622, de 11 de dezembro de 2024, pode-se corretamente afirmar que

- (A) poderá a ARSESP conceder um prazo de até 12 meses para que a concessionária realize as contratações internas necessárias para a criação do setor responsável pela aplicação, gerenciamento e fiscalização das atividades previstas no plano de *compliance*.
- (B) a minuta de programa de integridade deverá ser rejeitada, devendo-se iniciar a apuração preliminar destinada a sancionar a concessionária.
- (C) será permitida a contratação de consultoria externa especializada, desde que com comprovada *expertise* em *compliance*, garantindo-se que essa atuação seja realizada de forma autônoma e independente.
- (D) a minuta de programa de integridade poderá ser aprovada, tendo em vista que é uma faculdade a criação de um setor responsável pela aplicação, gerenciamento e fiscalização das atividades previstas no programa de integridade.
- (E) a ARSESP deverá ceder funcionários por um período máximo de 12 (doze) meses, para que o concessionário possa estruturar o setor responsável pela aplicação, gerenciamento e fiscalização das atividades previstas no programa de integridade.

#### REGULAÇÃO E LÓGICA JURÍDICO-ECONÔMICA DAS CONCESSÕES E PPP

35. A regulação dos contratos de concessões e de parcerias público-privadas é frequentemente enquadrada nos tipos regulação discricionária (RD) e regulação contratual (RC).

No caso da regulação discricionária, pode-se dizer que

- (A) a taxa interna de retorno (TIR) não é definida para o contrato como um todo, podendo variar a cada ciclo regulatório.
- (B) há uma única taxa interna de retorno (TIR) contratual válida pelo período do contrato.
- (C) a taxa interna de retorno (TIR) contratual varia ao longo do contrato por ser alterada apenas pelos eventos de reequilíbrio econômico-financeiro.
- (D) a taxa interna de retorno (TIR) é definida pelo estruturador do contrato e deve ser preservada pela entidade reguladora independente.
- (E) a taxa interna de retorno (TIR) é dada pelo custo médio ponderado de capital (CMPC), que é definido no momento da licitação.

36. A regulação dos contratos de concessões e de parcerias público-privadas é frequentemente enquadrada nos tipos regulação discricionária (RD) e regulação contratual (RC).

No caso da regulação contratual, pode-se dizer que

- (A) a taxa interna de retorno (TIR) não é definida para o contrato como um todo, devendo variar a cada ciclo regulatório.
- (B) o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) define a taxa de retorno a ser obedecida durante toda a vida do contrato.
- (C) o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) define a taxa de desconto a ser utilizada nos reequilíbrios econômico-financeiros.
- (D) a taxa interna de retorno (TIR) do contrato é definida no momento da licitação.
- (E) o custo médio ponderado de capital (CMPC) não é definido para o contrato como um todo, devendo variar a cada ciclo regulatório.

37. Os contratos de Parceria Público-Privada na área educacional já leiloados no Brasil, firmados sob a Lei Federal nº 11.079, de 2004, têm como algumas de suas características regulatórias:

- (A) remuneração por tarifas educacionais e outros preços públicos; taxa interna de retorno definida em leilão; ausência de estrutura de garantias do privado ao público e do público ao privado.
- (B) remuneração por tarifas educacionais e outros preços públicos; taxa interna de retorno definida em leilão; presença de estrutura de garantias do privado ao público e do público ao privado.
- (C) remuneração por contraprestações e eventuais aportes; taxa interna de retorno definida pela entidade reguladora independente a cada ciclo tarifário; ausência de estrutura de garantias do privado ao público e do público ao privado.
- (D) remuneração por contraprestações e eventuais aportes; taxa interna de retorno definida pelo fluxo de caixa marginal da concessão; presença de estrutura de garantias do privado ao público e ausência de estrutura de garantias do público ao privado.
- (E) remuneração por contraprestações e eventuais aportes; taxa interna de retorno definida em leilão; presença de estrutura de garantias do privado ao público e do público ao privado.

**38.** Caberá reequilíbrio econômico-financeiro em um contrato de Parceria Público-Privada na modalidade de concessão administrativa quando

- (A) um risco alocado ao parceiro privado for sensibilizado por um fato superveniente.
- (B) um risco alocado ao parceiro público for sensibilizado por um fato superveniente.
- (C) um risco alocado ao concessionário for sensibilizado por um fato superveniente.
- (D) um risco alocado ao financiador privado do contrato for sensibilizado por um fato superveniente.
- (E) a situação econômico-financeira do concessionário for claramente prejudicada por fatos previstos na matriz de riscos.

**39.** A Resolução SPI nº 19, de 29.05.2023, estabelece o procedimento para avaliação e implementação de medidas voltadas à mitigação de impactos decorrentes da materialização de eventos de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de parcerias no âmbito da Secretaria de Parcerias em Investimentos (“SPI”).

Tal Resolução permite a apuração provisória do reequilíbrio econômico-financeiro, a título cautelar, de

- (A) 100% dos impactos totalmente verificados do desequilíbrio econômico-financeiro, amparado por estudos profundos e finais sobre o tema.
- (B) Até 50% dos impactos totalmente verificados do desequilíbrio econômico-financeiro, amparado por estudos profundos e finais sobre o tema.
- (C) 80% do impacto estimado (inequívoco) do desequilíbrio econômico-financeiro, já reconhecidos ou extremamente prováveis em razão de casos semelhantes.
- (D) 100% do impacto estimado (inequívoco) do desequilíbrio econômico-financeiro, já reconhecidos ou extremamente prováveis em razão de casos semelhantes.
- (E) 80% dos impactos totalmente verificados do desequilíbrio econômico-financeiro, amparado por estudos profundos e finais sobre o tema.

**40.** Em ambiente de regulação contratual, a modelagem econômico-financeira referencial é frequentemente realizada em moeda constante. Entretanto, na prática, existem valores que são fixados em reais e que não sofrem atualização monetária, como, por exemplo, o valor contábil de um bem que compõe a concessão, registrado em um determinado ano e não atualizado pela inflação ao longo da concessão.

Na discussão do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o tratamento adequado desse item cujo valor não é reajustado deverá ser:

- (A) ao longo dos anos, o valor nominal ficará constante e o valor real diminuirá de acordo com a inflação.
- (B) ao longo dos anos, o valor nominal ficará constante e o valor real aumentará de acordo com a inflação.
- (C) ao longo dos anos, o valor nominal diminuirá e o valor real também diminuirá de acordo com a inflação.
- (D) ao longo dos anos, o valor nominal aumentará e o valor real diminuirá de acordo com a inflação.
- (E) ao longo dos anos, o valor nominal aumentará e o valor real ficará constante de acordo com a inflação.

**41.** Um contrato de concessão administrativa de escolas está em fase operacional e, no ano de revisão, foram verificados fatos supervenientes de grande monta, cujo risco está alocado ao parceiro público, gerando clara necessidade de seu reequilíbrio econômico-financeiro. Entretanto, o poder concedente se encontra em uma situação fiscal muito ruim, com elevado endividamento, altos déficits nominais e claro risco de insolvência.

Nessa circunstância,

- (A) o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, se realizado, deverá ser reduzido para não comprometer ainda mais a saúde fiscal do ente público.
- (B) o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato não deverá ser aumentado para que o concessionário tenha mais segurança diante dos riscos adicionais representados pela situação fiscal desafiadora.
- (C) o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato não deverá ser realizado para não comprometer ainda mais a saúde fiscal do ente público.
- (D) a forma de realização do reequilíbrio será negociada entre as partes.
- (E) o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será condicionado à deliberação do poder legislativo sobre o tema.

42. A matriz de riscos de um contrato de concessão patrocinada prevê que os aumentos de preços dos insumos para a execução das obras são riscos do concessionário, enquanto os riscos de força maior e fato do príncipe são do concedente.

Nesse contexto, um grande choque de preços de insumos decorrente de uma guerra será

- (A) nenhuma das partes terá responsabilidade, por se tratar de um evento fortemente exógeno ao contrato.
- (B) um risco que pode ser parcialmente ou totalmente alocado ao concedente, pois parte do aumento de insumos pode ter sido derivado de força maior ou de fato do príncipe.
- (C) um risco necessariamente alocado ao concessionário, pois o fato discutido é aumento de preço de insumos.
- (D) um risco que pode ser parcialmente ou totalmente alocado ao concessionário, pois parte do aumento de insumos pode ter sido derivado de força maior ou de fato do príncipe.
- (E) um risco necessariamente alocado ao concedente, pois o fato discutido é aumento de preço de insumos.

43. É comum se observar que a definição das garantias prestadas pelo concessionário ao concedente cumpre um papel informacional na seleção dos licitantes de melhor qualidade, ou seja, aqueles que têm maior probabilidade de êxito no cumprimento das obrigações da licitação e do contrato.

Como esse papel informacional se materializa na prática?

- (A) Licitantes de melhor qualidade tendem a obter seguros garantia a igual custo.
- (B) Licitantes de pior qualidade tendem a obter seguros garantia a menor custo.
- (C) Licitantes de melhor qualidade tendem a obter seguros garantia a menor custo.
- (D) Licitantes de melhor qualidade tendem a obter seguros garantia a maior custo.
- (E) O poder concedente oficia as seguradoras para perguntar sobre a qualidade dos seus clientes quando estes participam de licitações de concessão.

44. Uma equipe de gestão de contratos de Parcerias Público-Privadas (PPP) resolveu aplicar a matriz SWOT para construir um planejamento estratégico de sua própria atuação na gestão dos contratos sob sua responsabilidade.

Assinale a alternativa que reflete uma análise que, emergida desse estudo da equipe, utiliza corretamente os conceitos da análise SWOT.

- (A) No diagnóstico interno, identificaram como fraqueza (W) a falta de um membro com o conhecimento jurídico necessário para a leitura jurídica das cláusulas do contrato.
- (B) No diagnóstico interno, identificaram como ameaça (T) a necessidade de cumprimento estrito do contrato.
- (C) A análise SWOT não é uma metodologia adequada para planejamento estratégico de equipes gestoras de contratos de serviços públicos.
- (D) No mapeamento das oportunidades (O) – análise externa, identificaram que o concessionário poderia suprir os recursos que lhes faltam.
- (E) Na análise externa, identificaram os títulos acadêmicos robustos pelos membros da equipe como uma força (S).

45. A equipe de gestão do contrato de Parceria Público-Privada (PPP) resolveu que o *Balanced Scorecard* (BSC) é a metodologia adequada para que o concessionário melhore sua gestão estratégica, identificada em estudos internos como uma importante deficiência do parceiro privado e que vem prejudicando a geração dos melhores resultados do contrato para a sociedade. Nesse sentido, decidiu propor uma revisão dos indicadores-chave de desempenho (KPI) do contrato para restabelecê-los tomando por base uma gestão estratégica por BSC.

Para fazer esse movimento, a equipe poderá

- (A) determinar ao concessionário a substituição imediata dos indicadores contratuais (KPI) pelo novo rol de indicadores baseado em BSC.
- (B) solicitar à Entidade Reguladora Independente que estude e faça a substituição imediata dos indicadores contratuais (KPI) pelo novo rol de indicadores baseado em BSC.
- (C) solicitar ao Verificador Independente que estude e faça a substituição imediata dos indicadores contratuais (KPI) pelo novo rol de indicadores baseado em BSC.
- (D) determinar ao concessionário a substituição planejada dos indicadores contratuais (KPI) pelo novo rol de indicadores baseado em BSC, com um período de transição de pelo menos 2 anos.
- (E) avaliar junto ao concessionário a possibilidade de um aditivo contratual, com revisão do rol de KPI e sua eventual substituição por um novo rol de indicadores baseado em BSC.

46. No conjunto de indicadores de desempenho de uma concessão, quanto maior o número de indicadores de desempenho (KPI)

- (A) maior o controle e a participação social dos usuários.
- (B) maior a eficiência técnica do concessionário por ter menos opções de escolha quanto ao seu desempenho.
- (C) menor o peso relativo de cada indicador, reduzindo a sua potência efetiva como instrumento de incentivo ao desempenho do concessionário.
- (D) mais detalhados serão os KPI, permitindo um microgerenciamento da concessão que tende a aumentar o desempenho global do contrato.
- (E) menor será a tarifa ou a contraprestação a ser paga ao concessionário.

47. Em um contrato tradicional de PPP, os indicadores de desempenho tipicamente penalizam a receita do concessionário de forma mais ou menos agressiva, ou seja, a penalização pode ser mais alta ou mais baixa.

Em qual nível faria sentido penalizar?

- (A) Um nível muito alto, como 80 a 90%, para evitar mau comportamento.
- (B) Pelo menos 50% da receita bruta do concessionário deveria estar sujeita a penalização para evitar mau comportamento.
- (C) Não há relação entre a penalização da receita e o comportamento do concessionário.
- (D) Um nível de penalização que, quando aplicado, reduza a atratividade do projeto sem comprometer a sua viabilidade, por exemplo, trazendo a remuneração do concessionário a um nível próximo ou inferior à remuneração da renda fixa.
- (E) 100%, ou seja, toda a receita do concessionário deveria estar sujeita a penalização para evitar mau comportamento.

48. Em pelo menos um contrato recente de Parceria Público-Privada, os estruturadores apontaram dúvidas sobre a aplicação efetiva do sistema de mensuração de desempenho e introduziram o conceito de *sandbox* (período de testes controlado) para os indicadores de desempenho (KPI).

Em que consiste esse mecanismo?

- (A) Instalação de uma “caixa de areia” no terreno do concessionário, onde são lançadas ideias dos parceiros para serem analisadas por uma comissão.
- (B) Aplicação experimental de indicadores de desempenho preliminares, permitindo ajustes e melhorias ao longo do contrato.
- (C) Uso de um tipo especial de contrato de verificador independente, que não tem metas pré-definidas, gerando um teste controlado.
- (D) Delegação completa do desenvolvimento de indicadores de desempenho, incluindo os testes controlados, ao pessoal técnico da agência reguladora.
- (E) Definição experimental de indicadores de desempenho por comissões de especialistas externos altamente reputados durante os primeiros anos do contrato.

49. A agenda regulatória é um instrumento de governança e planejamento que organiza, de forma transparente e previsível, as principais ações regulatórias que a agência pretende desenvolver em um determinado período.

Considere uma agência reguladora como a ARSESP, que tem tanto ambientes de regulação discricionária quanto contratual. Nessa Agência, especificamente quanto aos contratos sob a regulação contratual, a agenda regulatória deverá

- (A) definir metodologia específica para o próximo ciclo de revisão do contrato.
- (B) definir metodologia específica para o próximo ciclo de revisão tarifária.
- (C) trazer indicações ao governo sobre os resultados econômico-financeiros esperados do concessionário.
- (D) trazer linhas gerais das atividades da agência quanto à fiscalização do contrato.
- (E) especificar a leitura de termos contratuais que sejam controversos.

**50.** No ambiente de contratos de concessão administrativa na forma de PPP, há pelo menos dois ambientes em que se pode falar de estratégias: a execução do contrato (estratégias do concessionário) e a gestão do contrato (estratégia do poder concedente), cabendo também falar em estratégia regulatória e de fiscalização, entre outras.

Quanto à estratégia do concessionário, pode-se dizer que

- (A) é deixada à sua discricionariedade, controlando-se os aspectos disciplinados pelo contrato (caderno de encargos, formas de remuneração, KPI, alocação de riscos, etc.).
- (B) é subordinada à estratégia do poder concedente, devendo este último ser consultado sempre que se definem as estratégias de concessionário.
- (C) é subordinada à estratégia da agência reguladora, devendo esta última ser consultada sempre que se definem as estratégias de concessionário.
- (D) é disciplinada pelo livre mercado, já que se trata de uma empresa privada.
- (E) é condicionada pela literatura da área de estratégia empresarial, sendo obrigatório seguir os preceitos da literatura acadêmica aplicável.

**51.** A fiscalização dos contratos de concessão pode ser direta (FD), como visitas e inspeções *in loco*; ou indireta (FI), por meio do fornecimento de relatórios e informações pela concessionária ao poder concedente ou à agência reguladora.

No ambiente de PPP:

- (A) a FD é opcional e a FI é obrigatória.
- (B) a FD e a FI são ambas opcionais.
- (C) a FD e a FI são ambas obrigatórias.
- (D) a obrigatoriedade de FD e FI é estipulada em cada contrato.
- (E) a FD é obrigatória e a FI é opcional.

**52.** As consultas e audiências públicas são processos obrigatórios na estruturação de contratos de PPP mas que nem sempre são previstos na fase de gestão contratual. A frequência típica observada nos contratos de PPP em andamento e geralmente recomendada é:

- (A) anual.
- (B) mensal.
- (C) sem periodicidade definida, mas sempre que houver revisões de monta ou propostas de aditivos contratuais relevantes.
- (D) quinquenal.
- (E) trimestral.

**53.** O processo de contratação de uma obra de construção civil será desenvolvido de acordo com o disposto na legislação federal de licitações e contratos públicos. Segundo essa regulamentação, do termo de referência, deverão constar, dentre outros,

- (A) definição do objeto, quantitativos e prazo; requisitos da contratação; estimativas do valor da contratação e preços unitários referenciais; critérios de medição e de pagamento.
- (B) requisitos da contratação; matriz de riscos; estimativas do valor da contratação e preços unitários referenciais.
- (C) definição do objeto, quantitativos e prazo; estimativas do valor da contratação e preços unitários referenciais; especificação dos métodos construtivos a serem empregados; critérios de medição e de pagamento.
- (D) definição do objeto, quantitativos e prazo; requisitos da contratação; matriz de riscos; critérios de medição e de pagamento.
- (E) definição do objeto, quantitativos e prazo; matriz de riscos; estimativas do valor da contratação e preços unitários referenciais; especificação dos métodos construtivos a serem empregados.

**54.** Considere-se a elaboração de projetos de obras urbanas, no que diz respeito à definição de etapas de elaboração de projetos técnicos.

Comparando-se o disposto na legislação de licitações e contratos e na normatização técnica da ABNT referente a tais projetos, é correto afirmar que “projeto básico” é definido como denominação de etapa do processo de elaboração de projetos na

- (A) norma, porém não mais na legislação, que passou, desde a reformulação de 2021, a distinguir entre modalidades de contratação baseadas em anteprojetos (integrada e semi-integrada) ou em projetos executivos (demais modalidades).
- (B) legislação, porém não consta das etapas definidas na norma, que prescreve a elaboração dos projetos executivos a partir dos anteprojetos das modalidades.
- (C) legislação, porém não como insumo obrigatório para o processo licitatório, e da norma, neste caso como sucedâneo mais detalhado do anteprojeto.
- (D) legislação e na norma, sendo que as definições de lei foram transcritas nas versões vigentes da norma técnica aplicável, que é posterior à alteração da legislação em 2021.
- (E) legislação e na norma, sendo que nesta última o próprio projeto executivo é definido como detalhamento do projeto básico.

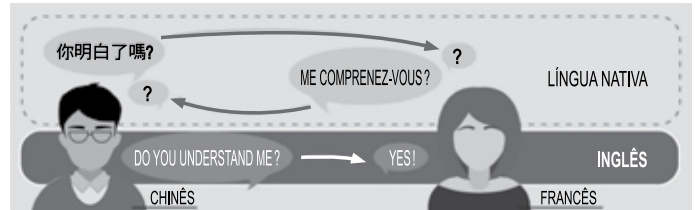
55. Considere a elaboração de obras de infraestrutura de configuração linear, como rodovias e ferrovias, com o uso do software autoral BIM Civil 3D, da AutoDesk, e a tradução para o português dos termos utilizados nesse software, cuja versão original é em inglês.

A modelagem do projeto, nesse software, consiste na criação de modelos de

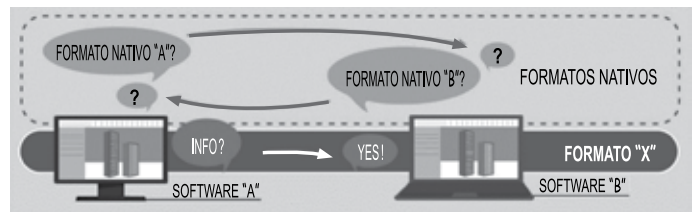
- (A) grade matricial tridimensional de pontos, na qual polígonos (vetores) bidimensionais (com coordenadas x e y somente) definem regiões cujos pontos apresentam propriedades uniformes quanto a camadas construtivas, materiais e outras.
- (B) nuvem de pontos (superfície do projeto), na qual polígonos (vetores) bidimensionais (com coordenadas x e y somente) definem regiões cujos pontos apresentam propriedades uniformes quanto a camadas construtivas, materiais e outras.
- (C) grades matriciais tridimensionais, definindo-se as propriedades – pertinência a um elemento determinado, materiais, especificações e outras – em associação a cada ponto da grade.
- (D) corredor, objeto constituído a partir de uma linha base, montagens (cortes bidimensionais em localizações incrementais) e submontagens (que definem a geometria da montagem).
- (E) grades triangulares tridimensionais, definindo-se os elementos por grupos de triângulos e associando-se as propriedades – materiais, especificações e outras – a esses elementos.

56. As figuras a seguir, extraídas de uma publicação do CBIC de 2016, destinada à difusão do BIM, exprimem um conceito fundamental para se garantir que diferentes softwares, trabalhando diferentes partes do projeto, possam trocar conteúdos mutuamente inteligíveis.

A analogia é com duas pessoas falantes de idiomas diferentes que conseguem se comunicar por um terceiro idioma comum, que ambas dominam – a chamada “língua franca”:



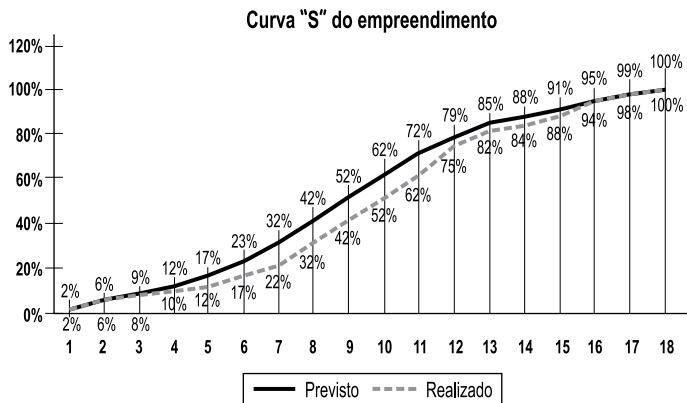
O paralelo com BIM seria a definição de um “Formato X” de arquivo, que permite a comunicação entre softwares cujos formatos nativos não se comunicam:



No que diz respeito à comunicação entre softwares de diferentes “proprietários” (empresas fornecedoras de software), essa analogia refere-se à garantia de

- (A) interoperabilidade, por meio do formato IFC.
  - (B) portabilidade, por meio do formato IFC.
  - (C) portabilidade, por meio do formato OpenBIM.
  - (D) interoperabilidade, por meio do formato OpenBIM.
  - (E) federação, por meio do formato OpenBIM.
57. Em comum acordo com os fornecedores de um empreendimento, a organização contratante dos serviços de projeto centralizará e controlará, em uma fonte de informação digital única, todo o repositório de dados necessários ao projeto – modelos geométricos, tabelas e bancos de dados, relatórios de análise de cada produto recebido e o registro de alterações do projeto até sua aceitação final. O objetivo da organização é garantir meios adequados de coletar, gerenciar e disseminar a informação em um processo por ela controlado.
- Pela normatização técnica aplicável a projetos desenvolvidos em BIM, essa organização implementará um
- (A) contêiner de informação (IC).
  - (B) repositório de projetos (DR).
  - (C) ambiente comum de dados (CDE).
  - (D) repositório de documentos (DR).
  - (E) banco de dados relacionais (RDB).

58. Considere a Curvas S das obras de um empreendimento, cuja execução se estendeu por 18 meses, conforme figura a seguir, com os valores correspondentes a cada mês na tabela que vem na sequência:



Mês	Percentual de execução	
	Previsto	Realizado
1	2%	2%
2	6%	6%
3	9%	8%
4	12%	10%
5	17%	12%
6	23%	17%
7	32%	22%
8	42%	32%
9	52%	42%
10	62%	52%
11	72%	62%
12	79%	75%
13	85%	82%
14	88%	84%
15	91%	88%
16	95%	94%
17	98%	98%
18	100%	100%

É correto afirmar que

- (A) o percentual mensal de execução da obra é crescente ao longo de todo o período de execução, o que permite seu cumprimento no prazo, mesmo com o ritmo reduzido inicial.
- (B) a execução da obra perde ritmo mensal entre os meses 3 e 11, recuperando ritmo somente nos últimos sete meses.
- (C) o ritmo mensal da obra é menor nos meses 3 a 16 e acelera somente nos últimos dois meses.
- (D) o ritmo de efetiva execução da obra implica em maiores desembolsos acumulados até o mês 11, o que é compensado com redução desse ritmo a partir do mês 12, até o mês 17.
- (E) há atrasos, concentrados nos meses 3 a 7, a obra segue, nos meses 8 a 11, no ritmo de execução mensal definido inicialmente e os atrasos iniciais são compensados nos cinco meses seguintes.

59. Na metodologia de composição de orçamentos do SINAPI, as palavras preço e custo apresentam utilização em sentidos específicos, diferentes entre si (ainda que em alguns casos possa haver, nos textos, troca ou confusão ocasional entre eles).

No SINAPI, as palavras (i) preço e (ii) custo são utilizadas, respectivamente, em diferentes contextos, para referir-se

- (A) (i) a todo gasto efetuado diretamente com insumos e infraestrutura e produção, e que onera o construtor; (ii) ao valor final pago pelo contratante.
- (B) (i) ao valor final pago pelo contratante, menos o BDI; (ii) ao valor monetário de cada insumo utilizado na composição e a todo o gasto com insumos e infraestrutura para a produção, e que onera o construtor.
- (C) (i) a toda a despesa direta da produção, que onera o construtor; (ii) a toda a despesa indireta, que onera o contratante.
- (D) (i) ao valor monetário cotado de cada material e outros insumos, utilizado na composição, e ao valor final pago pelo contratante; (ii) a todo o gasto com insumos e infraestrutura para a produção, e que onera o construtor.
- (E) (i) a todo o gasto com insumos e infraestrutura para a produção, e que onera o construtor; (ii) ao valor final pago pelo contratante, menos o BDI.
60. Os juros sobre o capital aplicado em equipamentos são uma parcela do dispêndio total requerido por uma obra civil que impacta o valor final a ser pago pelo contratante. No SINAPI, considera-se esse fator como
- (A) parte do BDI, não sendo tratado pelo SINAPI porque este não estabelece referências para BDI.
- (B) parcela formadora dos custos diretos, limitada às horas efetivamente trabalhadas.
- (C) parte do BDI, sendo seu valor o mesmo do SICRO (obras rodoviárias) e atrelado à variação da taxa SELIC.
- (D) parcela formadora dos custos diretos, considerada a disponibilidade do equipamento.
- (E) não incidente sobre os orçamentos, ou o equivalente a taxa de juros igual a zero.

RASCUNHO

